

1 **CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA CATARINA -**  
2 **CEAS/SC.** Aos vinte dias do mês de agosto de 2019, na Secretaria de Estado de  
3 Desenvolvimento Social – SDS foi realizada a 3ª Reunião Plenária Ordinária do  
4 Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina - CEAS/SC, gestão 2019-  
5 2021. A Reunião Plenária contou com a presença dos(as) **CONSELHEIROS (AS)**  
6 **TITULARES E SUPLENTES REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES**  
7 **GOVERNAMENTAIS:** Conselheiro Titular Presidente Alexandre Argolo Messa  
8 Sampaio representante da Secretaria de Desenvolvimento Social – SDS; Conselheira  
9 Titular Jadna Cristina Mendes Honório representante da Secretaria de  
10 Desenvolvimento Social – SDS; Conselheira Suplente Lucia Helena Rensi  
11 representante da Secretaria de Desenvolvimento Social – SDS; Conselheira Titular  
12 Judite da Silva Mattos da Silva representante da Secretaria de Estado da Educação –  
13 SED; Conselheira Titular Gisleine Aver representante da Secretaria de Estado da  
14 Justiça e Cidadania – SJC; Conselheiro Suplente Alex Thomas de Almeida  
15 representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP; Conselheira  
16 Suplente Mônica Alberti Nôcera Lipski representante do Instituto de Previdência Social  
17 de Santa Catarina - IPREV; Conselheira Titular Mariana da Silva Livramento  
18 representante da Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE.  
19 **CONSELHEIROS (AS) TITULARES E SUPLENTES REPRESENTANTES DAS**  
20 **ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS:** Conselheira Titular Cleide Oliveira  
21 representante do Fórum Estadual dos Trabalhadores/as do SUAS – FETSUAS;  
22 Conselheira Titular Leonilda de Lourdes Gonçalves representante da Associação  
23 Social Arquidiocesana – ASA; Conselheiro Titular Sidnei Pavesi da Associação dos  
24 Deficientes Visuais de Brusque – ADVB; Conselheiro Titular Roque Heitor Gonçalves  
25 representante dos usuários do SUAS; Conselheiro Titular Jairton Fabeni Domingos  
26 representante da Escola de Cães Guias; Conselheira Titular Neulci Terezinha  
27 Gonçalves representante do Fórum Estadual dos/as Usuários/as do SUAS –  
28 FEUSUAS/SC; Conselheira Titular Raquel Valiente Frosi representante do Sindicato  
29 dos Psicólogos do Estado de Santa Catarina – SinPsi/SC; Conselheira Titular Janice  
30 Merigo representante da Federação Catarinense dos Municípios – FECAM;  
31 Conselheira Suplente Karla Regina Silva representante da Associação Catarinense de  
32 Integração do CEGO – ACIC. **Outros Participantes:** Deivid P. Vieira – Rio do Sul/SC;  
33 Jéssica M. Eung - Rio do Sul/SC; Ana Carolina Rosa Pires – Apoio CEAS/SC. Após  
34 levantamento e confirmação do Quorum Regimental o Presidente Alexandre Argolo  
35 Messa Sampaio iniciou a presente Reunião. **CONVOCAÇÃO REUNIÃO PLENÁRIA**  
36 **ORDINÁRIA DE 20 DE AGOSTO DE 2019.** De acordo com o Regimento Interno do  
37 Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/SC, o Presidente do Conselho, no  
38 uso de suas atribuições regimentais, **convoca os Conselheiros Titulares e convida**  
39 **os Conselheiros Suplentes** para a **REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA de 20 agosto**  
40 **de 2019, terça-feira, com início às 13h00min em primeira convocação e às**  
41 **13h15min em segunda convocação,** com previsão de término para as 18h, na Sala  
42 de Reuniões da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social - SDS, na Rua Dr.  
43 Fúlvio Aducci nº 767, Bairro Estreito – Florianópolis/SC – CEP 88075-001, Fone: (48)  
44 3664-7160, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: 1- Levantamento do**  
45 **Quorum Regimental; 2- Aprovação das Justificativas dos(as) Conselheiros(as)**  
46 **Ausentes; 3- Aprovação da Ata da Plenária Ordinária de 23 de julho de 2019; 4-**  
47 **Leitura e Aprovação da Ordem do Dia; 5- Deliberação da representação do CEAS**  
48 **na reunião trimestral CNAS; 6- MINUTA de Resolução do Plano de Ação 2019; 7-**  
49 **MINUTA de Resolução do Plano de Aplicação do FEAS 2019; 8- Informações**  
50 **sobre a realização da 12ª Conferência Estadual de Assistência Social; 9-**  
51 **Calendário da CIB 2019; 10- Momento das Comissões: a) Recomposição das**  
52 **Comissões; b) Relato das Reuniões das Comissões; 11- Informes: a) Retorno**  
53 **Reunião GT SUAS e Relação com a Justiça. Aprovação das Justificativas dos/as**  
54 **Conselheiros/as Ausentes:** Conselheiro Titular Rodrigo Lima da Associação dos  
55 Deficientes Visuais de Itajaí e Região – ADVIR; Conselheira Suplente Cátia Regina

56 Dalmolin representante da Secretaria de Estado de Educação SED; Conselheira  
57 Titular Roberta Vanacôr Lenhardt e Conselheiro Suplente Florindo do Rio Neto  
58 representantes da Secretaria de Estado de Saúde SES; Conselheira Titular Andréia  
59 Nunes Vieira representante do Instituto de Previdência Social de Santa Catarina –  
60 IPREV. **Justificativas aprovadas por unanimidade.** Seguindo a pauta, **Aprovação**  
61 **da Ata da Plenária Ordinária de 23 de julho de 2019:** Ata será apreciada na próxima  
62 reunião plenária (setembro/2019) devido ao envio tardio para leitura prévia. Os/as  
63 Conselheiros/as solicitaram maior tempo para leitura, considerando a complexidade  
64 dos assuntos tratados na plenária. Dando sequência leitura e aprovação da ordem do  
65 dia. SE Patrícia solicita retirada da pauta do item de aprovação da MINUTA do Plano  
66 de Aplicação do FEAS. Conselheiro Sidnei sugere que fique registrado que devido ao  
67 documento não ter sido enviado ao CEAS/SC, a pauta não foi apreciada pela  
68 Comissão de Financiamento e Orçamento do CEAS/SC e não poderá ser apreciada  
69 pelo pleno. Conselheira Janice também sugere que na próxima plenária seja solicitado  
70 um representante do órgão gestor para explicar aos/as novos/as conselheiros/as o  
71 Plano de Aplicação do FEAS, considerando que muitos/as são novos/as e precisam  
72 ter conhecimento do mesmo para aprovação. Conselheira Cleide reforça a fala do  
73 Conselheiro Sidnei e da Conselheira Janice, dizendo que o assunto foi discutido na  
74 reunião do FEPAS, no período da manhã, tendo a mesma percepção.  
75 **Encaminhamento:** Enviar ofício ao Gabinete da Secretaria de Estado do  
76 Desenvolvimento Social – SDS solicitando informações sobre os trâmites do Plano de  
77 Aplicação do FEAS, considerando que o mesmo precisa ser apreciado e aprovado  
78 pelo Conselho e solicitando a presença de um/a técnico/a na próxima plenária para  
79 explicar o que consiste o Plano. Sugestão aprovada por unanimidade. Após algumas  
80 considerações, pauta aprovada da seguinte forma: **CONVOCAÇÃO REUNIÃO**  
81 **PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 20 DE AGOSTO DE 2019.** De acordo com o Regimento  
82 Interno do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/SC, o Presidente do  
83 Conselho, no uso de suas atribuições regimentais, **convoca os Conselheiros**  
84 **Titulares e convida os Conselheiros Suplentes** para a **REUNIÃO PLENÁRIA**  
85 **ORDINÁRIA de 20 agosto de 2019, terça-feira, com início às 13h00min em**  
86 **primeira convocação e às 13h15min em segunda convocação**, com previsão de  
87 término para as 18h, na Sala de Reuniões da Secretaria de Estado do  
88 Desenvolvimento Social - SDS, na Rua Dr. Fúlvio Aducci nº 767, Bairro Estreito –  
89 Florianópolis/SC – CEP 88075-001, Fone: (48) 3664-7160, para deliberarem sobre a  
90 seguinte **ORDEM DO DIA: 1- Levantamento do Quorum Regimental; 2- Aprovação**  
91 **das Justificativas dos(as) Conselheiros(as) Ausentes; 3- Aprovação da Ata da**  
92 **Plenária Ordinária de 23 de julho de 2019; 4- Leitura e Aprovação da Ordem do**  
93 **Dia; 5- Deliberação da representação do CEAS na reunião trimestral CNAS; 6-**  
94 **MINUTA de Resolução do Plano de Ação 2019; 7- Informações sobre a realização**  
95 **da 12ª Conferência Estadual de Assistência Social; 8- Calendário da CIB 2019;**  
96 **09- Momento das Comissões: a) Recomposição das Comissões; b) Relato das**  
97 **Reuniões das Comissões; c) Composição da Comissão Eleitoral da Sociedade**  
98 **Civil; 11- Informes: a) Retorno Reunião GT SUAS e Relação com a Justiça; b)**  
99 **Central Meu INSS.** Dando sequência, **Deliberação da representação do CEAS na**  
100 **reunião trimestral CNAS. SE Patrícia faz leitura do Ofício do Conselho Nacional**  
101 **de Assistência Social.** OFÍCIO CIRCULAR Nº 14/2019/CNAS/SE/CAC/MC Brasília,  
102 19 de agosto de 2019. Ao Sr.(a) Presidentes(as) dos Conselhos Estaduais de  
103 Assistência Social e Conselho de Assistência do Distrito Federal. Assunto: Reunião  
104 Trimestral do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) com os Conselhos  
105 Estaduais de Assistência Social e Conselho de Assistência do Distrito Federal. 1.  
106 Temos a satisfação de informar a Vossa Senhoria que o Conselho Nacional de  
107 Assistência Social (CNAS), dando prosseguimento ao seu calendário de reuniões, em  
108 cumprimento ao seu Regimento Interno, realizará a Reunião Trimestral do CNAS com  
109 os Conselhos Estaduais e CAS/DF para debater temas importantes para o controle  
110 social. 2. Diante disto, vimos convidá-lo(a) a participar da reunião a ser realizada no

111 dia 10 de setembro de 2019, de 09h às 17h, na Esplanada dos Ministérios, anexo Ala  
112 A, 1º andar, sala 108, CNAS. 3. Ressaltamos que o CNAS arcará com os custos de  
113 passagens e diárias para o Presidente de cada Conselho Estadual ou seu  
114 representante. Os Conselhos poderão participar com mais de um representante,  
115 inclusive com a presença de suas Secretárias Executivas, às suas expensas. 4.  
116 Solicitamos que nos seja enviado o Plano de Viagem e a Declaração de isenção de  
117 diárias até o dia 22 de agosto de 2019, devidamente preenchidos e assinados, para  
118 que possamos dar os encaminhamentos administrativos necessários. 5. Desde já  
119 agradecemos e colocamo-nos sempre à disposição. Compreendendo a importância da  
120 rotatividade da participação dos eventos, e que o CNAS custeará passagem e diária  
121 para o Presidente ou seu representante, o Presidente Alexandre abre para os/as  
122 conselheiros/as se disponibilizarem. Conselheira Cleide enfatiza a questão da  
123 alternância, inclusive nos segmentos da Sociedade Civil, justifica que não poderá se  
124 disponibilizar a ir devido a férias. Conselheira Janice informa que não poderá se  
125 disponibilizar devido a outros compromissos, mas que de uma próxima vez gostaria de  
126 participar. Conselheiro Roque se prontifica a participar, assim como o Conselheiro  
127 Jairton. Presidente reforça fala da Conselheira Cleide enfatizando a importância da  
128 participação considerando a descentralização do poder, considera que informação é  
129 poder, entende que esse é um espaço para todos/as participarem. Os Conselheiros  
130 Roque Heitor Gonçalves e Jairton Fabeni Domingos se disponibilizaram a participar.  
131 Os dois entraram em consenso e ficou definido pela ida do Conselheiro Jairton  
132 representando o CEAS/SC. Presidente Alexandre aproveita o momento para  
133 esclarecer que somente ele representará o CEAS/SC no 44º Encontro do FONACEAS,  
134 diferente do deliberado em plenária, onde se decidiu pela representação do Presidente  
135 e da Vice-Presidente Cleide. Informou que por questões financeiras, somente seria  
136 possível o pagamento das despesas para um/a representante do Conselho. Vice-  
137 Presidente Cleide se manifesta dizendo que mais uma vez foi deliberada a ida de dois  
138 representantes e foi liberado recurso para somente um representante. Acredita ser  
139 necessário deliberar um documento mostrando que somos contrários/as ao não  
140 cumprimento das deliberações do CEAS/SC, é necessário demarcar o papel do  
141 conselho, que é político dentro do Estado, enquanto controle social. Conselheiro  
142 Roque enfatiza que corrobora com a fala da Vice-Presidente Cleide, reforça que o  
143 conselho é autônomo e deliberativo, seu pleno soberano. Lembra que na última  
144 plenária foi deliberado pela ida de dois representantes do CEAS/SC pro 44º encontro  
145 do FONACEAS e que se, casualmente, não fosse liberado a ida de um dos dois  
146 devido aos recursos da Secretaria, que ele enquanto conselheiro, tomará uma  
147 providência. Entende que ou a Secretaria concorda com as deliberações de  
148 representações do CEAS/SC, solicitada por ofício, ou ele entende que terá que ser  
149 aberto um processo de sindicância interna para averiguar os recursos destinados ao  
150 CEAS/SC. Informou que já fez consulta em departamentos jurídicos que informaram  
151 que ele enquanto conselheiro tem direito de solicitar essa sindicância. Reforça que na  
152 plenária anterior, concordou com a deliberação de dois representantes, mas que  
153 ficasse claro por meio de ressalva na ata, que por motivos de financeiro, poderia  
154 ocorrer de não ser liberada a ida dos dois. Conselheira Janice diz que por estarem  
155 chegando nessa nova gestão, não possui a experiência da negativa de recursos para  
156 representações do CEAS/SC em gestões passadas, mas pensa que se o Conselho  
157 tiver o conhecimento do valor que tem destinado ao controle social, por meio dos 3%  
158 do IGDSUAS, será mais fácil justificar a deliberação de mais de um/a representante  
159 para reuniões externas. Lembrando que tendo conhecimento desse valor, o CEAS/SC  
160 poderá planejar as ações do conselho. Conselheiro Sidnei informa que foi  
161 contemplado pela fala da Conselheira Janice, diz que é importante sabermos o valor  
162 que temos para deliberarmos sobre o recurso que já é do conselho. Entende que o  
163 Estado não pode dizer quem vai e quem não vai, se ainda existe o recurso do  
164 IGDSUAS destinado ao controle social. Lembra que no ano anterior teve um problema  
165 grande quando, no seu entendimento, foi cerceado o seu direito de um/a

166 acompanhante para viagem representando o CEAS/SC devido ao financeiro. Entende  
167 como um assunto muito sério está sendo glosada a autonomia do conselho em  
168 deliberar sobre o nosso recurso, que não é do Estado. Presidente Alexandre concorda  
169 em muitos pontos das falas anteriores. Lembra a Professora Doutora Luziele  
170 Tapajós na WebConferência quando ela trouxe uma fala muito importante, onde diz  
171 que o conselho tem a responsabilidade de deliberar, mas também de acompanhar o  
172 andamento das deliberações e principalmente acompanhar as questões financeiras  
173 que envolver o CEAS/SC, na sua visão, hoje não estamos sendo efetivos nesses  
174 acompanhamentos. E os Planos de Ação e de Aplicação envolvem valores que são de  
175 interesse do conselho, tendo essa informação o CEAS consegue construir seu  
176 planejamento. Presidente salienta que solicitará apoio da gestão para saber  
177 exatamente o valor que temos disponível ao conselho atualmente, para após  
178 podermos deliberar sobre as futuras ações que envolverem recursos em 2019 e  
179 também já ter uma previsão orçamentária para 2020. SE Patrícia faz leitura da  
180 NOBSUAS 2012 onde constam as responsabilidades de cada ente federado  
181 relacionado aos conselhos de assistência social. Lembra qual o IGDSUAS e IGDPBF  
182 são para o aprimoramento da execução das ações do conselho, e corresponde a no  
183 mínimo 3% do valor recebido pelo Estado. Conselheiros/as concordam que é preciso  
184 ter clareza dos valores, saber a informação dos valores. Conselheira Cleide reforça  
185 que se não planejamos, não conseguimos “brigar” por algo que precisamos, saindo do  
186 limiar do IGDSUAS e passando a contar com recursos estaduais também. Lembra que  
187 uma das dificuldades encontradas é o valor da diária paga aos/as conselheiros/as que  
188 é o mesmo valor dos/as técnicos/as do estado. **Encaminhamento:** Enviar ofício ao  
189 gabinete solicitando informações sobre o recurso destinado ao CEAS/SC em 2019,  
190 aproveitar para demonstrar preocupação com o recurso de 2020, enfatizando a  
191 questão da autonomia do Conselho. O documento será elaborado pela Conselheira  
192 Cleide, Conselheira Raquel e Conselheiro Roque com o apoio técnico da SE Patrícia.  
193 Próximo item de pauta, Plano de Ação 2019. Presidente Alexandre solicita que a SE  
194 Patrícia realize a leitura da **MINUTA de Resolução do Plano de Ação 2019**. SE  
195 Patrícia inicia lendo a introdução do manual de preenchimento do Plano que explica o  
196 objetivo do instrumental: O Plano de Ação é o instrumento eletrônico de  
197 planejamento/previsão utilizado pela Secretaria Nacional de Assistência Social/SNAS  
198 para ordenar e garantir o lançamento e validação anual das informações necessárias  
199 ao início ou à continuidade da transferência regular automática de recursos do  
200 cofinanciamento federal dos serviços socioassistenciais. As informações contidas nele  
201 deverão estar em consonância com o Plano de Assistência Social dos respectivos  
202 Estados, Municípios e o Distrito Federal, conforme previsto no inciso III do artigo 30 da  
203 Lei nº 8.742, de 1993. Os repasses federais adicionais para financiar novas ações ou  
204 fortalecer as existentes que forem instituídos durante o exercício, também passam a  
205 fazer parte integrante do Plano de Ação. Explica que geralmente, esse instrumental  
206 era preenchido no primeiro semestre do ano, diferente do ano corrente onde estamos  
207 deliberando no mês de agosto. Os recursos de cada ente federado para a execução  
208 da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) são alocados em seus orçamentos,  
209 pelos quais se efetiva a gestão financeira da política. Os recursos federais do  
210 cofinanciamento da assistência social são alocados no Fundo Nacional de Assistência  
211 Social (FNAS). Por sua vez, os recursos dos estados para o cofinanciamento são  
212 alocados no Fundo Estadual de Assistência Social, constituídos como unidades  
213 orçamentárias. Consta no referido instrumental os recursos que serão destinados ao  
214 órgão gestor da Política de Assistência Social para executar a Política de Assistência  
215 Social. Atualmente o Estado de Santa Catarina realiza suas atribuições de acordo com  
216 a NOBSUAS 2012 e também executa o Serviço de Acolhimento Institucional São  
217 Gabriel. SE Patrícia abre o Sistema do Ministério para mostrar aos/às Conselheiros/as  
218 de que forma se dá o preenchimento e apresenta o Plano com os campos  
219 preenchidos, explicando item por item. Presidente enfatiza que o preenchimento dos  
220 valores é uma previsão orçamentária, não corresponde ao financeiro recebido pelo

221 Estado. Conselheira Raquel solicita que sejam enviados aos/às Conselheiros/as os  
222 documentos que necessitem de apreciação e deliberação com prévia antecedência, se  
223 possível já com parecer da Comissão que avaliou a demanda. Todos/as concordaram.  
224 Após momentos de debate SE Patrícia faz a leitura da Minuta de Resolução que  
225 aprova o Plano de Ação de 2019. No decorrer da leitura os/as Conselheiros/as fizeram  
226 as seguintes sugestões: conselheira Janice sugere incluir na resolução um artigo que  
227 indique que o Conselho avaliar o instrumental como insuficiente de informação,  
228 solicitando ao Ministério que o instrumental seja enviado para análise do Conselho  
229 com mais informações e detalhamento. Informa que foi item de debate na reunião do  
230 Fórum Estadual Permanente de Assistência Social – FEPAS. Conselheira Cleide  
231 reforça que o debate no fórum foi no indicativo de fazer ressalvas, não na intenção de  
232 não aprovação do Plano. Conselheira Raquel demonstra desconforto com a ausência  
233 de um/a representante da gestão do Estado para explicar o Plano de Ação,  
234 considerando que o instrumental teve o início do seu preenchimento realizado pela  
235 gestão. Outro descontentamento seria devido a ausência de informações no  
236 instrumental, por exemplo, “metas físicas” para o IGDSUAS, valor orçado e não valor  
237 real. Conselheira Cleide solicita posicionamento da Comissão de Financiamento e  
238 Orçamento que fez análise prévia do documento, sente falta de uma apresentação e  
239 posicionamento da Comissão diante da demanda. Questiona se na reunião da  
240 Comissão teve um/a representante da Gestão para explicar o instrumental e responder  
241 aos questionamentos. Reforça dizendo que incomoda trabalhar com valores que são  
242 fictícios, não são reais. Conselheira Leonilda se manifesta dizendo que se sente  
243 “refém” de uma apresentação realizada me plenária que coloca os/as conselheiros/as  
244 numa condição de que se não aprovarem a matéria estarão prejudicando os  
245 municípios ou a execução da política de assistência social pela gestão. Conselheira  
246 Jadna solicita a voz para explicar que na reunião da Comissão de Financiamento e  
247 Orçamento do SUAS foi realizado estudo sobre o instrumental, tiveram acesso ao  
248 Sistema do Ministério, conferiram as parcelas pagas do cofinanciamento federal,  
249 tiveram a presença da Diretora da DIAS, Luciane, que sanou as dúvidas que  
250 apareceram e devido a compreensão da Comissão a matéria entrou na pauta da  
251 plenária. Conselheiro Sidnei questiona por que no instrumental é colocado valores de  
252 orçamento, que seriam fictícios, e não os valores reais que seriam os valores do  
253 financeiro. Se incomoda com o fato de não conhecermos o valor real do que será  
254 repassado pelo governo federal. Conselheiro Roque solicita voz para responder a  
255 Conselheira Cleide, diz que todas as dúvidas dos integrantes da Comissão foram  
256 sanadas na reunião, sendo assim a demanda veio para apreciação e deliberação da  
257 plenária. Diz que a plenária é soberana para deliberar sobre os itens de pauta.  
258 Conselheira Cleide se manifesta dizendo que não questiona a lisura da avaliação da  
259 Comissão, esclarece que se manifestou enquanto conselheira e não de forma pessoal,  
260 e que os questionamentos foram em busca de compreensão, já que entende que o  
261 papel da comissão seria sanar as demandas que surgiram. Considera que até o  
262 presente momento não estava claro na reunião da comissão contaram com a  
263 presença de uma técnica que sanou as dúvidas e que a mesma havia se posicionado  
264 favorável à aprovação do Plano de Ação. Sugere que nas próximas vezes as  
265 Comissões se manifestem mais claramente sobre os estudos realizados e o parecer  
266 da mesma, melhorar a metodologia usada. Conselheira Janice reforça o  
267 posicionamento da Conselheira Cleide, sugerindo que posteriormente a Comissão  
268 poderia se manifestar primeiramente sobre a demanda, já apresentando seu parecer.  
269 Reforça a fala do Conselheiro Roque e Conselheira Jadna que todas as demandas  
270 foram sanadas na reunião após análise do sistema e das parcelas pagas, também  
271 questiona os valores. Conselheira Raquel solicita que tenha um registro por escrito do  
272 trabalho das Comissões devido a importância do seu papel, inclusive a comissão  
273 poderia realizar uma apresentação do que foi realizado na reunião da Comissão para  
274 qualificar o processo. Conselheira Mônica concorda com a fala dos/as conselheiros/as  
275 anteriores e reforça a incompreensão do porquê citar um valor fictício do

276 cofinanciamento estadual que fica tão além do real. Sobre o valor apontado no Plano  
277 de Ação que é de responsabilidade do Estado, conselheiro Roque diz que o valor não  
278 seria da Fonte 100 (estadual), mas sim uma transferência do Programa Santa Renda,  
279 que por muito tempo o CEAS/SC solicitou ao órgão gestor que fosse revisado sua  
280 eficiência e eficácia, tendo a atual gestão a iniciativa de passar o valor que seria  
281 destinado ao Programa ao Cofinanciamento Estadual aos Municípios. Conselheira  
282 Janice esclarece que sim, é um recurso Estadual que foi destinado aos municípios por  
283 meio do Cofinanciamento, do total de 11.000.000,00 (onze milhões) 6.000.000,00 (seis  
284 milhões) eram do Programa Santa Renda o restante é recomposição do Estado.  
285 Ambos os valores alocados no FEAS como recursos estaduais. Após debates e  
286 encaminhamentos a redação da Resolução que aprova o Plano de Ação 2019 ficou  
287 com a seguinte redação: **RESOLUÇÃO Nº 10 DE 20 DE AGOSTO DE 2019** - Aprova  
288 o Plano de Ação para cofinanciamento do Governo Federal ao Sistema Único de  
289 Assistência Social - SUAS, no exercício de 2019. **O Conselho Estadual de**  
290 **Assistência Social de Santa Catarina – CEAS/SC**, em Reunião Plenária Ordinária  
291 realizada no dia 20 de agosto de 2019, no uso das competências e das atribuições  
292 que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de  
293 Assistência Social - LOAS alterada pela Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011 e pela  
294 Lei Estadual nº 10.037, de 26 de dezembro de 1995 que dispõe sobre a organização  
295 da assistência social no Estado e institui o Conselho Estadual de Assistência Social  
296 CEAS/SC; **Considerando**, a Resolução nº 33 de 12 de dezembro de 2012, que  
297 aprova a NOBSUAS- 2012, Seção I que trata do Orçamento da Assistência Social;  
298 **Considerando**, o Decreto nº 7.788 de 15 de agosto de 2012 que regulamenta o  
299 Fundo Nacional de Assistência Social, instituído pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro  
300 de 1993, e dá outras providências; **Considerando** os artigos 3º ao 6º da Portaria MDS  
301 nº 113, de 10 de dezembro de 2015 que tratam do Plano de Ação; **Considerando**  
302 Portaria SNAS nº 111 de 10 de junho de 2019 que estabelece a data de abertura do  
303 Plano de Ação de 2019; **Considerando** o Ofício DIAS/SDS nº 49/2019 que encaminha  
304 o Plano de Ação Estadual 2019 para apreciação e deliberação do CEAS;  
305 **Considerando** a reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento realizada no  
306 dia 13 de agosto de 2019; **RESOLVE: Art. 1º** Aprovar o Plano de Ação com valor total  
307 previsto a ser repassado pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS ao Fundo  
308 Estadual de Assistência Social – FEAS de R\$ 754.008,30 (setecentos e cinquenta e  
309 quatro mil, oito reais e trinta centavos) e de recursos próprios, no valor de R\$  
310 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões). **Art. 2º** Solicitar ao Ministério da Cidadania  
311 que o instrumental do Plano de Ação seja mais detalhado/descritivo, para facilitar a  
312 compreensão do controle social. **Art. 3º** Reafirmar a necessidade de recomposição  
313 orçamentária, garantindo o repasse fundo a fundo, regular e automático. **Art. 4º** Esta  
314 resolução entra em vigor na data de sua aprovação. **ALEXANDRE ARGOLO MESSA**  
315 **SAMPAIO** - Presidente do CEAS/SC. Considerando o fato do Presidente precisar se  
316 ausentar da Plenária por motivos de viagem, Vice-Presidente Cleide assume a  
317 condução da Plenária colocando para aprovação a Resolução que aprova o Plano de  
318 Aplicação 2019. Resolução aprovada por unanimidade. Próximo ponto de pauta:  
319 Informações sobre a 12ª Conferência Estadual de Assistência Social. SE Patrícia  
320 relembra que na Plenária do dia 23 de julho o referido ponto de pauta não foi  
321 contemplado devido ao extrapolar do horário estipulado para o final da plenária. Desta  
322 forma, os/as conselheiros/as que não fazem parte da Comissão Organizadora da  
323 Conferência de Assistência não estavam atualizados sobre os passos da organização  
324 da mesma. Vice-Presidente passa a palavra pros/as integrantes da Comissão  
325 Organizadora para que os/as mesmos relatem o debate e a construção das reuniões  
326 da Comissão, assim como a realização da WebConferência. Conselheira Janice  
327 introduz as decisões referentes à Conferência que constam no **Informe I do**  
328 **CEAS/SC, na Retificação do Informe I e Informe II sobre a WebConferência**, todos  
329 os documentos disponíveis na página do CEAS/SC no sítio eletrônico da SDS.  
330 <http://www.sds.sc.gov.br/index.php/conselhos/ceas/conferencias-de-assistencia->

331 [social/2019-13](#). Conselheira explica que à princípio a proposta era fazermos  
332 Conferência regionais com o apoio das 21 Associações da FECAM, fazendo com que  
333 o número de delegados que viriam pra Conferência Estadual seria reduzido. No  
334 entanto, a proposta não teve segmento porque houve manifestações contrárias a esse  
335 formato por entenderem que perderia o formato democrático, pois limitaria a  
336 participação dos delegados municipais no estado. Acreditam que é necessário  
337 fortalecer o formato criado e defendido há anos. Segunda reunião da Comissão  
338 deliberou pela Retificação do Informe I, sem regionais, com representação de todos os  
339 municípios. No mesmo informe foi contemplado o número de deliberações, número de  
340 delegados/as, modelo de roteiro e modelo de relatório para a realização das  
341 conferências municipais, com data de entrega dos relatórios até dia 04 de outubro de  
342 2019. Por último o Informe II que trata exclusivamente sobre a WebConferência.  
343 Conselheiro Sidnei reforça que quando os/as integrantes da Comissão decidiram por  
344 02 delegados/as da sociedade civil e 01 delegado/a governamental por município, foi  
345 uma decisão difícil, não era o desejo, mas foi a previsão possível diante de um  
346 contexto sem recursos, onde teremos que contar com o empréstimo de local onde  
347 caberão um número menor de pessoas. Mas estão cientes de que os/as 03 segmentos  
348 da sociedade civil não serão contemplados. Pensando nos locais que teríamos  
349 disponível, atualmente, não teria nenhum local para receber o total de delegados/as  
350 previstos nos Informes, no entanto, estamos contando com a “quebra” porque na  
351 conferência de 2019 não terá despesas custeadas pelo governo estadual, cabendo ao  
352 município as despesas com a vinda dos/as delegados/as. Vice-Presidente Cleide  
353 enfatiza que o Estado aderiu à Conferência Nacional Democrática, desta forma  
354 seguiremos os moldes dela, e precisamos considerar que não trabalhamos com uma  
355 realidade onde o Estado financiará a vinda dos/as delegados/as municipais e também  
356 o não repasse, ou atraso de repasse do IGDSUAS para o Estado e municípios,  
357 recurso esse que poderia ser usado nas Conferências. Enfatiza que sempre defendeu  
358 a participação dos 03 segmentos da Sociedade Civil independente do porte do  
359 município, por que entende que ainda não estamos num patamar de maturidade onde  
360 um segmento representa outro segmento dentro das esferas de debate e  
361 deliberações, o segmento que ficar de fora terá prejuízo, questiona se temos outras  
362 possibilidades de espaço para realização da Conferência. Conselheira Janice  
363 questiona a resposta da UFSC, Ana Carolina responde que a resposta da  
364 Universidade chegou no decorrer da reunião, dizendo que para o segundo semestre  
365 não terão mais datas disponíveis, ficam a disposição para o ano de 2020. Conselheira  
366 lembra-se da possibilidade de ver o Centro Multiuso de São José, SE Patrícia explica  
367 que também será enviado ofício solicitando empréstimo desse local, mas que já teve  
368 informações antecipadas de que este estaria passando por reformas, lembra que a SE  
369 do CMAS de São José ficou disponível para auxiliar no contato. Conselheira Gisleine  
370 informa que já realizou evento no Teatro Pedro Ivo por meio de empréstimo, foi  
371 definido que o Presidente entraria em contato. Após definido o local será pensado a  
372 metodologia. Conselheira Monica questiona se caso a conferência aconteça em local  
373 de ginásio, Multiuso de São José, a SDS bancaria recursos de áudio visual pro  
374 evento? Acredita que precisaríamos avaliar se seria viável manter esse contato já que  
375 não temos previsão de recurso, acredita ser mais coerente mantermos solicitação de  
376 um local menor, exemplo: ALESC, que já possui uma estrutura de auditório, do que  
377 procurar um local maior que não nos dá estrutura de áudio visual adequado. SE  
378 Patrícia responde que em plenária realizada no mês de abril o Secretário Adjunto  
379 Oldra esteve presente e falou que não há previsão orçamentária para realização de  
380 nenhuma conferência em 2019. Disse que o gabinete dará total apoio para buscarmos  
381 parcerias. SE Patrícia lembra que pelo adiantar do processo, não se teria mais tempo  
382 hábil para realização de processo de licitação. Desta forma, dependeremos de apoio  
383 externo gratuito e parcerias para realizarmos todo o processo de conferência. Lembra  
384 que na última reunião da Comissão Organizadora enfatizou essa fala para termos total  
385 clareza do que ainda é necessário buscarmos para podermos realizar o evento com o

386 mínimo de estrutura de local adequado com acessibilidade, metodologia de trabalho  
387 com acessibilidade também, processo de votação, debate de eixos, entre outros.  
388 Conselheira Leonilda opina que ela vê com alegria que alguns município já estão  
389 realizando suas conferências, usa como exemplo a Conferência Nacional de Saúde,  
390 da qual participou, onde tiveram que se adequar a realidade no dia de início da  
391 conferência, passaram muita dificuldade de realizar o evento, no entanto, ao final  
392 tiveram mais de 5.000 participante. Que siga de exemplo para nós da Assistência  
393 Social, reforça que no seu ver a palavra do momento é Resistência. Vice-Presidente  
394 Cleide diz que o primeiro encaminhamento é ver a questão das duas sugestões de  
395 espaço: Teatro Pedro Ivo e Centro Multiuso de São José. Conselheira Raquel  
396 questiona se no calculo de participantes constam pessoas que não são delegadas,  
397 público em geral. Foi informado que não, que ainda é necessário construir a previsão  
398 de participantes convidados e ouvintes. No entanto, foi deixado claro que a  
399 Conferência não pode barrar ninguém que queira participar dela. Conselheira Mônica  
400 diz que considerando os anos anteriores onde foram realizadas Conferências com  
401 investimento de R\$ 200.000,00, 300.000,00, aproximadamente, entende que diante de  
402 uma realidade sem recurso acha essencial a busca de patrocinadores e apoiadores,  
403 acredita ser temeroso, quase irresponsável chamar os municípios para uma  
404 conferência onde ainda não está previsto o mínimo para sua realização, a  
405 sensibilização para esse apoio leva tempo. Vice-Presidente Cleide diz que, para  
406 refletirmos, que não é uma questão de irresponsabilidade, mas sim um momento de  
407 resistência diante do desmonte que está sendo proposto. Temos consciência de que  
408 devemos pensar nas possibilidades de parcerias para realizarmos o evento, possuem  
409 a clareza de que seria papel do Estado garantir a realização da Conferência, no  
410 entanto, nos diz que não tem recurso, identifica que a Política de Assistência Social  
411 nunca foi prioridade para os governos. Enfatiza que quando estamos organizados  
412 organizando esse momento importantíssimo, mesmo sem previsão de recurso, não se  
413 trata de uma irresponsabilidade, mas sim pela necessidade de resistência em lutar e  
414 manter aquilo que foi conquistado. Estamos buscando o “como realizar”, estamos em  
415 construção. Conselheira Janice diz que a informação de não haver recurso é extra-  
416 oficial, não veio nada por escrito pro CEAS/SC, na última reunião da Comissão  
417 Organizadora foi deliberados pela construção de um instrumental de “Solicitação de  
418 Compras” prevendo o ideal e outro modelo prevendo o essencial, ambos serão  
419 enviados ao gabinete da Secretária da SDS para manifestação. Reforça ainda, que  
420 conhece várias pessoas no Estado que defendem o SUAS e que podem contribuir  
421 nesse momento, precisamos chamá-las para construirmos algo em conjunto. Por  
422 exemplo, dentro do NUEP possuem entidades de ensino superior que podem fazer o  
423 processo de relatoria. Lembra que o Presidente Alexandre já fez contato com o  
424 NESSOP da UFSC para pedir apoio pra relatoria, também enfatiza que os municípios  
425 precisam ter ciência de que a Conferência Estadual de 2019 não terá os moldes de  
426 anos anteriores. Conselheiro Alex se lembra da fala da Secretária no início da atual  
427 gestão, onde ela deixou claro total apoio e reconhecimento da importância do  
428 CEAS/SC, acredita que devemos explorar esse apoio em busca das coisas que  
429 envolvem a organização da Conferência, por meio de ofício, mas também de reunião  
430 com os integrantes do gabinete para conseguirmos vislumbrar possibilidades.  
431 Conselheira Raquel relembra que já tivemos Conferências de formas mais  
432 precarizadas do que as que se desenham hoje, com o tempo elas foram se  
433 “profissionalizando”. Sugere que façamos listas do que é necessário colocando as  
434 possíveis soluções para essa demanda, item a item, solicita que seja retomado o  
435 debate do número de delegados/as que virão dos municípios. Vice-Presidente solicita  
436 a retomada do debate sobre o número de representantes dos municípios. Após debate  
437 sobre a representatividade, plenário define pela seguinte indicação: Municípios  
438 Pequeno Porte I e II – 01 delegado/a governamental e 02 delegados/as da sociedade  
439 civil. **Municípios de Médio e Grande Porte** - 01 delegado/a governamental e 03  
440 delegados/as sociedade civil. IMPORTANTE: Quanto a representação Governamental,

441 a Comissão Organizadora da Conferência Estadual orienta que seja,  
442 preferencialmente, conselheiro/a municipal. Os/as delegados/as representantes da  
443 Sociedade Civil deverão ser escolhidos por meio de fórum próprio por segmento –  
444 usuários/as do SUAS, trabalhadores/as do setor e entidades de Assistência Social.  
445 Para os municípios de pequeno porte I e II, deverá haver entre os 03 segmentos um  
446 novo processo para definição dos/as 02 Delegados/as que participarão da Conferência  
447 Estadual. Havendo vacância de algum dos segmentos, a vaga deve ser preenchida  
448 pelo segmento de usuários/as. Vice-Presidente dá início a avaliação da  
449 Webconferência informando que até o presente momento não foi enviado o link que  
450 disponibilizaria o vídeo da webconferência para consulta, os municípios receberam as  
451 apresentações, no entanto, sendo que a fala do trabalhador do SUAS sobre o eixo 3  
452 está disponível, somente, no vídeo. A solicitação está sendo feita, e assim que  
453 tivermos acesso enviaremos à todos. Sobre o processo de realização da  
454 Webconferência, relata que tinha dúvidas sobre a eficiência, por ser algo novo,  
455 inclusive cita a fala da Secretária de Estado Maria Elisa, onde fica claro que essa  
456 ferramenta será uma opção viável para outros eventos. Avalia que a participação nas  
457 regionais poderia ter sido muito melhor, exemplo que na região de Blumenau poderiam  
458 ter participado 14 municípios, no entanto somente 03 estavam presentes, viu falhas na  
459 mobilização dos conselhos municipais de assistência social. Entende que é preciso se  
460 adaptar à nova ferramenta. Enfatiza a importância do Presidente Sampaio ter passado  
461 a fala pra ela, que representa os/as Trabalhadores/as do SUAS no Conselho, estando  
462 atualmente Vice-Presidente, assim como o fez possibilitar que o conselheiro Roque  
463 Heitor Gonçalves falasse enquanto usuário do SUAS. Demonstra a construção  
464 democrática da atual gestão do CEAS/SC, de construção amigável, não entre  
465 trincheiras de opostos. Fazemos defesas de acordo com nossa representação, mas  
466 podemos construir juntos. Avalia positivamente o uso da ferramenta, mas entende que  
467 não se pode virar regra. Conselheira Raquel aproveita para retomar o assunto de  
468 plenária anterior sobre o uso da ferramenta para webconferência para realização de  
469 plenária descentralizada. SE Patrícia informa que o Conselho Nacional de Assistência  
470 Social – CNAS sobre a validade desse formato no preenchimento da meta do Pacto de  
471 Aprimoramento do SUAS, sendo que o CNAS respondeu que o CEAS é autônomo  
472 para definição do formato de suas plenárias, sugestão é de que o assunto seja  
473 retomado na plenária de setembro de 2019. Conselheira Janice informa que não  
474 conseguiu acompanhar a transmissão ao vivo da webconferência devido à outros  
475 compromissos, mas que recebeu avaliações muito positivas de pessoas de  
476 municípios. Vários elogios à fala da Professora Doutora Luziele Tapajós. Falou que  
477 algumas regionais tiveram problemas com a conexão dos equipamentos. Acredita que  
478 por ter a necessidade de deslocamento do município de origem para a regional, várias  
479 pessoas estão aguardando o link de acesso, lembra que o Presidente Sampaio  
480 comentou que foram mais de 450 pessoas distribuídas nas regionais. Avalia muito  
481 produtivo. Conselheira Neulsi informa que a Professora Dalila foi assistir a  
482 webconferência com os Haitianos e Venezuelanos na regional de Itajaí. Informa que  
483 adorou a experiência, avalia como muito proveitosa. SE Patrícia se manifesta dizendo  
484 que a insegurança do momento existiu, pois nunca havia participado ou presenciado  
485 uma webconferência nesses moldes. Falou da importância de nos depararmos com as  
486 fragilidades da ferramenta, exemplo: falta de luz e barulhos na transmissão. Sentiu  
487 falta de debate pós fala dos facilitadores. Conselheiro Sidnei informa que acompanhou  
488 a transmissão por meio do link disponibilizado, no entanto, não pode se manifestar por  
489 não estar presente na regional. Foi esclarecido que as pessoas que acompanharam  
490 pelo link só poderiam assistir somente quem conseguia fazer perguntas era quem  
491 estava presente na regional, pois se dá por meio do microfone. SE Patrícia enfatiza  
492 que futuramente o CEAS/SC poderá pensar várias temas para realização de  
493 momentos como esse para orientação aos CMAS, aproveita para informar que na  
494 última reunião de Secretárias Executivas com a Diretora responsável e Secretária de  
495 Estado Maria Elisa, foi informado que as plenárias dos Conselhos serão gravadas por

496 vídeo e ficarão disponibilizadas no site da Secretaria, ainda não tem data para início.  
497 Conselheira Cleide concorda com o fato da transparência, mas vê também que um  
498 momento sendo gravado pode vir pra coibir, por que se posicionar numa reunião  
499 plenária aberta é uma coisa, televisionada e gravada é outra. Pensa que é necessária  
500 reflexão sobre o assunto, principalmente sobre a representação governamental e até  
501 de entidades de assistência social. Conselheiro Jairton informa que o Conselho  
502 Nacional da Pessoa com Deficiência já realiza suas plenárias com esse formato. Sem  
503 mais avaliações da Webconferência, Vice-Presidente dá sequência para o próximo  
504 ponto de pauta: **Calendário da CIB 2019, deliberação sobre representação do**  
505 **CEAS/SC na próxima reunião da CIB que acontecerá em São Miguel do Oeste no**  
506 **final do mês de Setembro.** Conselheira Janice solicita fala para explicar que na  
507 última reunião de alinhamento da CIB (presentes SDS e COEGEMAS) ficou acordado  
508 que a próxima reunião da CIB/SC acontecerá junto ao Congresso dos Prefeitos  
509 organizado pela FECAM no dia 25 de setembro no município de São José, a partir das  
510 16 horas, na Arena Petry. Conselheiras Lucia, Neulsi, Karla e Raquel se  
511 disponibilizaram a representar o CEAS/SC, Raquel dependendo da disponibilidade.  
512 **Próximo item de pauta:** recomposição das Comissões. Conselheira Judite passou a  
513 integrar a **Comissão de Acompanhamento a Gestão Estadual de Benefícios e**  
514 **Transferência de Renda.** Entre o debate da composição das comissões surgiu a  
515 necessidade do CEAS/SC obter informações sobre o reordenamento do São Gabriel,  
516 desta forma foi **deliberado pelo envio de ofício à SDS solicitando atualização**  
517 **sobre o reordenamento do Serviço de Acolhimento Institucional São Gabriel.**  
518 **Informes:** a) **Retorno Reunião GT SUAS e Relação com a Justiça.** Conselheira  
519 Janice faz uma retrospectiva sobre trabalhos realizados na perspectiva do trasborde  
520 do sistema de justiça. Diante da não superação da demanda, foi formado um grupo  
521 interinstitucional constituído pelo Ministério Público Estadual, Tribunal de Justiça, pela  
522 FECAM, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (Jadna e Maristela),  
523 CEAS/SC (Presidente Alexandre), que tem o objetivo de construir um documento que  
524 orientará sobre qual a competência e o que não é competência da Política de  
525 Assistência Social diante das demandas junto ao sistema de justiça. O documento em  
526 si começou a ser construído na última reunião do grupo, e ao final virá para apreciação  
527 do CEAS/SC com solicitação de deliberação de Resolução do Conselho validando o  
528 mesmo, para que seja um documento orientativo que será usado por todos os órgãos.  
529 Vice-Presidente Cleide questiona se o Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS  
530 não foram convidados a participar do grupo? Conselheira Janice responde que não  
531 pensaram nos Fóruns, mas diz que o grupo não é fechado, que o Fórum seria bem  
532 vindo. Conselheira Janice enviará as informações pro email do Fórum. Próximo ponto  
533 – **Informe sobre “Meu INSS”.** Conselheira Janice informa que o “Meu INSS” consiste  
534 num sistema que o cidadão pode acessar no celular e no computador. Os cidadãos  
535 que solicitam serviço previdenciário ou da assistência social não será mais atendido  
536 na agência física do INSS, o mesmo será realizado pelo telefone 135 ou pelo  
537 aplicativo “Meu INSS”. No entanto, as pessoas que estão tendo dificuldade de acessar  
538 as duas ferramentas estão se encaminhando aos CRAS para solicitar auxílio as  
539 equipes do equipamento, gerando uma demanda que não seria dessa equipe. Diante  
540 da demanda que veio dos municípios a FECAM solicitou uma reunião que aconteceu  
541 no dia 16 de agosto com a Superintendência do INSS, onde estavam presentes  
542 representantes da DIAS, do COEGEMAS e o município de São José. Foi apresentada  
543 a situação pra Superintendência, que acolheu as justificativas dos municípios, e  
544 esclareceu que as portas do INSS não se fecharam, que a busca de auxílio nos CRAS  
545 é um equívoco. No entanto, se disponibilizaram a enviar técnicos do INSS para  
546 treinar/capacitar os técnicos do CRAS para poderem auxiliar os cidadãos que  
547 chegarem com a demanda no equipamento. Conselheiro Sidnei relata que no  
548 município de Brusque o referido problema já existe no setor de atendimento a pessoas  
549 com deficiência, onde ele trabalha. Informa que a demanda aumentou  
550 consideravelmente. Os cidadãos estão chegando na Assistência Social com um

551 “papelzinho” com as informações de onde precisam ir solicitar auxílio, pois no INSS  
552 não realizam mais isso. Conselheiro Sidnei informa que ele teve dificuldade de  
553 acessar o aplicativo de celular para marcar perícia. Diz que entrarão com uma ação  
554 coletiva para denunciar a ausência de acessibilidade no uso da ferramenta, isso é  
555 crime. Como encaminhamento da reunião foi elaborado um ofício que foi protocolado  
556 na SDS tendo como remetente as 21 Associações de Municípios ligadas à FECAM,  
557 como sendo demanda dos municípios do Estado. Assim a Diretoria enviará ofício à  
558 Superintendência do INSS solicitando providências em relação às situações. Outra  
559 situação é referente a elaboração de um documento, pela técnica Maristela da  
560 Proteção Básica e Juliana da FECAM, com orientações aos técnicos dos CRAS para  
561 não fazerem essas orientações que não são da Política de Assistência Social, até  
562 porque entendem que futuramente poderão sofrer processo, pois não podem usar  
563 dados de outras pessoas para acessar o aplicativo e realizar o agendamento, tem uma  
564 justificativa jurídica para defender esse posicionamento. O INSS falou sobre um termo  
565 de cooperação junto aos municípios, o qual não está em vigor. Informou que na  
566 reunião do dia 25 de setembro do COEGEMAS o INSS estará presente para  
567 debaterem a demanda. Surgiu a possibilidade de realização de webconferência entre  
568 o INSS e os municípios para tirar as dúvidas do processo. Conselheiro Sidnei  
569 questiona se seria possível incluir nesses momentos de reunião a demanda de  
570 acessibilidade que não está sendo contemplada no aplicativo. Conselheira Janice  
571 responde que não tinham previsto esse item ainda, mas que o tema deveria entrar na  
572 discussão e construção do termo de cooperação. Acreditam que seria importante os  
573 coletivos dos usuários e de pessoas com deficiência realizarem manifestações junto  
574 ao Ministério Público sobre as dificuldades encontradas com o processo. **Informe**  
575 **sobre processo eleitoral da sociedade civil:** Conselheira Raquel informa que farão  
576 parte da Comissão Eleitoral da Sociedade Civil para preenchimento das vagas em  
577 vacância no CEAS a Conselheira Karla enquanto representante de usuários/as,  
578 Conselheira Leonilda representante de Entidades e a própria Conselheira Raquel  
579 representante dos/as Trabalhadores/as do Setor. A Vice-Presidente Cleide agradece a  
580 disponibilidade e a presença de todos e todas e encerrada a Reunião Plenária  
581 Ordinária do CEAS/SC do me de agosto de 2019. Eu Patrícia Gasparetto da Silva,  
582 lavrei a presente ata.